

Novo impasse periga negociações de Roma J. 292

por Tomás Vieira Mário, enviado da AIM

As discussões de Roma entre o Governo moçambicano e a Renamo visando um acordo sobre as bases da futura lei eleitoral do país parecem terem atingido um ponto de impasse, que se mantém sem solução à vista. Num recurso típico de caso de bloqueamento como este, os chefes das duas delegações, Armando Guebuza, pelo Governo, e Raul Domingos, pela Renamo, tiveram esta tarde um encontro frente-a-frente, que não alimentou grandes esperanças de uma saída rápida do impasse.

Contactadas pela AIM em Roma, as duas delegações confirmaram que o principal ponto de bloqueamento da ronda permanece associado à posição defendida pela Renamo, segundo a qual o parlamento a sair das primeiras eleições multipartidárias deve prioritariamente rever a Constituição vigente.

Nos últimos dias, sempre marcados por discussões indirectas coordenadas pelos mediadores, a Renamo terá procedido a «algumas reformulações de redacção» desta cláusula, mas levantando o seu conteúdo essencial e, conseqüentemente, recebendo sucessivas respostas negativas do Governo.

Para Maputo, continua inaceitável uma proposta que considera numa fórmula subentendida para a criação de uma Assembleia Constituinte, o que significaria «questionar toda a legislação adoptada desde a independência», há dezassete anos.

Na sua proposta formal, o Governo terá mantido que «de acordo com a Constituição a Assembleia da República terá plena soberania para determinar a sua própria agenda», incluindo também a possibilidade de introduzir alterações à lei fundamental do país, mas que isso não poderá ser estabelecido em Roma.

Em declarações à AIM em Roma, o chefe da delegação da Renamo, Raul Domingos, dizia ontem que, nas suas posições, o Governo estaria a pretender que o movimento armado que representa recebesse a contribuição. «Isso tornaria a nossa luta ilegítima», disse Domingos, sem dar sinais de poder transigir.

O Governo, por sua vez, sublinha que, ao manter esta posição, a Renamo

estará a faltar à palavra, visto que, nos termos do protocolo de princípios fundamentais, rubricados pelas duas partes em Outubro último, a Renamo compromete-se a «...conduzir a sua luta política na observância das leis em vigor, no âmbito das instituições do Estado existentes...», logo após o cessar-fogo.

Para alguns observadores em Roma, e visto que as posições das partes mantêm-se extremadas, tornou-se claro que só um grande esforço diplomático, envolvendo partes intervenientes externas, poderá ajudar a quebrar o impasse.

É neste contexto que observadores do processo de paz moçambicano esperam com expectativa o encontro previsto para este fim-se-semana, no Malawi, entre o Subsecretário de Estado Adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow, e o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama.

Segundo a leitura do Departamento de Estado, as conversações de paz moçambicanas continuariam marcadas por desconfianças mútuas, cuja superação passaria também pelo estabelecimento de um clima político regional menos hostil à Renamo. Mas outros observadores interessados têm sido relutantes em considerar este elemento como determinante, considerando que uma série de diligências diplomáticas regionais que precederam esta ronda, e que incluíram um encontro inédito, em Janeiro, entre Afonso Dhlakama e o Presidente Robert Mugabe, parecem estar a ser frustrados nas conversações.

Com cenários mais sombrios, estes observadores sustentam que a Renamo possa ter um plano visando sufocar militarmente a capital do país, Maputo, para forçar acordos políticos em Roma que resultem num enraizamento legal quase total do país, por via de uma virtual suspensão da Constituição, ou no mínimo, num penoso esbatimento dos poderes próprios do Governo, no período de transição até às eleições.

Para estes analistas, seria nesta estratégia que se situariam os violentos ataques recentemente efectuados contra posições de segurança e alvos civis em alguns subúrbios de Maputo.